

Mobilização geral

A negociação com o governo será nesta terça-feira, 11.03, à noite. A decisão é dos servidores

- Analisar as tabelas para decidir conscientemente
- Negociar para arrancar o máximo
- Manter a luta intransigente em defesa de todas as reivindicações

Nesta semana os servidores estão chamados a tomar importantes decisões. A participação de todos, com um espírito de unidade da categoria, é condição para que essas decisões preparem um terreno para preservar e arrancar conquistas.

Todos, indistintamente, estão convocados para as assembleias organizadas pelo Sindsep-DF.

Depois de semanas ameaçando a categoria com a "repactuação", o governo percebeu que corria o risco de enfrentar uma mobilização nacional, dos servidores de todos os níveis e setores, unificando o conjunto de suas entidades, com impulso da CUT, na Marcha a Brasília marcada para 26 de março.

Sentindo o perigo, e depois de meses e meses

de enrolação, o governo começa a ceder. Apresentou uma proposta aceitável ao Incra – que já fechou acordo. Manteve os acordos tal como pactuados para o HFA e servidores das universidades. Para a Cultura, depois de resistir, acabou montando um formato similar ao do Incra.

É preciso que cada servidor e servidora tenha plena consciência de que toda concessão do governo, por pequena que seja, é fruto das mobilizações ininterruptas, greves, manifestações, passeatas, pressão parlamentar, que a categoria vem fazendo nos últimos anos.

Mas, como sempre, ao mesmo tempo que se dispõe a negociar, o Planejamento tenta "economizar" o máximo possível. Assim,

sua nova posição vem acompanhada de uma tentativa de impor aos servidores decisões a "toque de caixa", fixando o prazo de 18.03 – aparentemente arbitrário – para enviar uma Medida Provisória ao Congresso.

Essas são as circunstâncias sobre as quais os servidores estão chamados a decidir. A mobilização geral, imediata, unificada é o que vai permitir arrancar melhores condições salariais nas mesas de negociação. Nos próximos dias, não há nada mais urgente nem mais importante.



Toda conquista que vier terá sido fruto da luta dos servidores

Conheça as tabelas do seu setor

Nesta segunda-feira, o Sindsep-DF publica um Suplemento do EG com a tabela do PGPE. Na terça-feira, uma segunda edição deste EG 273 incluirá a tabela da Previdência, do Trabalho e da Saúde (que até o domingo ainda não havia sido disponibilizada). Todas as demais tabelas já apresentadas pelo governo estão no portal do Sindsep-DF na internet e sendo distribuídas nas assembleias específicas.

Assembléia Extraordinária do PGPE e Seguridade Social

Terça-feira – 11.03 – 12h30 – Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios)

Imprensa repete informações erradas do governo

Sem a devida crítica, veículos de comunicação de todo o país reproduziram informações publicadas pelo Ministério do Planejamento (Portaria 376) que deram asas à gritaria contra os "altos salários" dos servidores.

Entre os absurdos da

peça de propaganda - que embaralha distintas carreiras e fornece supostas "médias salariais" - está a afirmação de que o pessoal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) teria obtido um aumento de 145% entre o último ano do

governo FHC e o início do segundo mandato de Lula.

A verdade é outra. A grande maioria dos servidores do MDIC pertence ao PGPE, antigo Plano de Classificação de Cargos. No topo dessa tabela, um servidor de nível superior, com 30 anos ou mais de

serviço, ainda recebe um Vencimento Básico de R\$ 5.654,45. Em janeiro de 2003 a remuneração total desse servidor ativo era R\$ 1.833,61. Hoje, cinco anos depois, esse valor é de R\$ 2.930,04, ou seja, mais 59%, quase três vezes menos que o alardeado. E,

pior, obtido com muita luta, esse incremento veio por meio de uma venenosa gratificação de (suposto) desempenho, o que o torna ainda menor para aposentados e pensionistas. O Sindsep-DF publicará, em breve, um estudo a respeito.

Acordo determina substituição dos terceirizados

A Secretaria Executiva do Ministério da Justiça deve encaminhar ao Ministério do Planejamento, até o dia 31 de março, o número de servidores necessários para a substituição, por meio de concurso público, do pessoal terceirizado que ilegalmente exerce funções de

competência exclusiva de concursados.

A realização de concurso cumpre ao Termo de Conciliação Judicial (Processo nº 00810-2006-017-10-00-7), celebrado em 05.11.2007 entre a Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral do Trabalho, Advocacia-Geral da

União e o Ministério do Planejamento. De acordo com o documento, o MJ é obrigado a cumprir o seguinte cronograma:

- até 31.12.2009 – voltar a substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado, contratado ilegalmente, por concursados;

- até 31.07.2009 – substituir no mínimo 30% do pessoal terceirizado, contratado ilegalmente, por efetivos do quadro.

O Termo de Concilia-

ção prevê, entre outras penalidades, multa de mil reais por obrigação descumprida. Os servidores efetivos do Núcleo Central do MJ irão acompanhar de perto as ações do governo, denunciando ao Ministério Público o descumprimento dos prazos, caso isso venha a ocorrer.

Funasa

Servidores farão ato nacional dia 25 de março

A Funasa e o Ministério da Saúde encaminharam, em 15.02, ao Ministério do Planejamento a minuta da proposta que cria a Gratificação de Controle e Combate as Endemias, a qual deve substituir a Indenização de Campo. Pelo projeto, apenas quem trabalha em área rural ou ocupa os cargos de guarda de endemias ou agente de saúde pública poderá receber a gratificação. A Funasa informou que o projeto é para se adequar ao Decreto 5.992/06.

Para buscar reverter a situação e alterar o projeto, o Sindsep-DF e a CUT-DF irão propor às entidades nacionais a solicitação de audiência com o presidente Lula e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. O sindicato também organiza, junto com as entidades filiadas à Condsef, para o dia 25.03, um ato nacional específico dos servidores da Funasa, em frente ao Ministério da Saúde, durante todo o dia, com a presença de caravanas de todo o Brasil. No dia 26.03, todos participam da Marcha dos Servidores, pelo cumprimento dos acordos, conclusão das negociações em curso e contra os projetos que o governo enviou ao Congresso prejudicando os servidores federais.

Anistiados

Pelo retorno imediato de todos

Mantendo a combatividade, os anistiados realizaram mais um ato em frente ao Palácio Planalto, na quinta-feira, dia 06.03. Faixas, bandeiras e fogos de artifício chamaram a atenção do governo para a necessidade de acelerar o retorno dos anistiados. Uma comissão de representantes foi recebida pelo subsecretário da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da

República, João Bosco, que se comprometeu a tentar marcar uma audiência com o presidente Lula, o mais breve possível.

Na semana passada, mais uma portaria foi publicada, porém determinando o retorno de apenas 42 anistiados à Conab. O Ministério do Planejamento também publicou a Portaria nº 31, de 3.03, com o nome dos membros titulares e suplentes da Comis-



são Especial Interministerial (CEI), que cuida dos processos de anistia dos demitidos do governo Collor, em

cumprimento ao art.1º do Decreto 5.115, de 24 de junho de 2004. O que falta para o retorno de todos?

MPlanejamento

Setor mantém mobilização

Os servidores do Ministério do Planejamento decidiram manter a mobilização pelo Plano de Carreira e Plano Especial com a GSISTE. No momento, o setor aguarda a Condsef agendar com o governo uma nova reunião para a retomada das negociações das reivindicações específicas, que eram tratados no Grupo de Trabalho (GT). Integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), os servidores participam na terça (11.03), da assembleia que irá analisar a proposta de tabela apresentada pelo governo.

Anistiados/Conab

Muda diretoria da Conab, mas superintendente de RH continua

A superintendente de Recursos Humanos da Conab resolveu impedir a participação do Sindsep-DF e da Associação Nacional dos Servidores da Conab (Asnab) na solenidade de posse dos anistiados que foram reintegrados ao órgão no início do mês de fevereiro. Única remanescente da diretoria pas-

sada, ela sempre se mostrou contrária ao cumprimento da Lei 8.878/99, que determina o retorno dos anistiados ao serviço público, enquanto que o Sindsep e a Asnab sempre estiveram à frente da luta dos anistiados. O sindicato, inclusive, cedeu um espaço em suas instalações para que a Comis-

são Nacional do setor pudesse desenvolver seu trabalho de convencimento junto aos parlamentares e aos membros do governo. Fica a pergunta: porque o governo, após a mudança de toda a diretoria da Conab, ainda mantém a mesma superintendente de RH, dos “velhos tempos”?

Reunião pela anulação do leilão da Vale

O Sindsep-DF e a ex-deputada Dra. Clair organizam para a terça-feira, dia 11.03, às 10h, uma reunião no auditório Francisco Zóccoli, na sede do Sindsep-DF (SBS, Qd. 1, Ed. Seguradoras – 17º

andar) para discutir a mobilização contra a aprovação da Reclamação da Vale do Rio Doce no STJ. Até agora, a votação está empatada, com quatro votos a favor e quatro contrários à Reclamação.

Mais assédio moral

Uma nova denúncia de indícios de assédio moral chegou à seção sindical do Sindsep-DF no Ministério da Educação. Desta vez, uma servidora e delegada sindical foi colocada pela sua chefia à disposição do Recursos Humanos do órgão com a desculpa de que ela é agente de portaria e estava exercendo a função de secretaria. Acontece que a atividade que deveria ser desenvolvida pela servidora é realizada hoje por uma funcionária terceirizada.

Situações semelhantes que, na opinião do sindicato, configuram assédio moral e perseguição política, também são registradas na Coordenação de

Assistência Médica e Social (CAMS), setor ligado a Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

No passado, a direção do órgão colocou à disposição do RH uma servidora que era diretora do Sindsep-DF.

Mesmo enfrentando todos estes problemas internos, os servidores do órgão se mantêm firmes na luta pelo Plano de Carreira específico do setor, que leve à valorização do funcionalismo do órgão e garanta o ensino público de qualidade. Por isso, os servidores cobram o cumprimento da promessa do presidente Lula e do ministro Fernando Haddad, que em 2006 afirmaram à imprensa que o MEC teria um Plano de Carreira próprio.

Estágio Probatório

Uma vez mais, o período é de dois anos

O Sindsep-DF continua recebendo manifestações de servidores, por e-mail e telefone, apoiando a exigência de que o governo reconheça que o período de estágio probatório é de dois anos. Esse é o entendimento da Justiça, baseado na Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único). Já a estabilidade no serviço público só é atingida após três anos de trabalho, conforme a Emenda Constitucional 19, de 1998. Na prática, isso significa que, ao atingir dois anos de serviço, o servidor termina o seu período de estágio probatório e pode passar a contar tempo para a progressão funcional prevista na carreira, mas ainda não alcançou estabilidade. O Sindsep-DF só está aguardando a realização da audiência que a Condsef já solicitou ao Ministério do Planejamento para tratar da questão e, caso seja necessário, entrará com ação judicial para garantir os direitos dos servidores. Saiba mais no sítio do Sindsep-DF na internet (www.sindsep-df.com.br).

Vem aí o 13º Congresso do Sindsep-DF

Os filiados podem apresentar suas contribuições por escrito até dia 20 de março

Na próxima semana será publicado o Edital de convocação do 13º Congresso do Sindsep-DF que se realizará dias 23, 24 e 25 de abril. A construção das Seções Sindicais, suas atribuições, a defesa das reivindicações específicas e sua relação com a luta geral da categoria e com os demais organismos do sindicato será o tema do Congresso. Partindo das resoluções aprovadas no recente congresso da Condsef, haverá painéis de debate sobre conjuntura nacional, internacional e serviço público e serão submetidas a voto as alterações que se façam necessárias no Capítulo IV do Estatuto (artigos 40 a 42) para aperfeiçoar a construção do sindicato no local de trabalho. No momento do 13º Congresso também será realizada a votação das contas de 2007.

Até dia 20 de março os filiados podem apresentar contribuições, de no máximo dez laudas, para serem publicadas pelo Sindsep-DF (enviar para geral@sindsep-df.com.br). Após essa data, será aberto um canal de comunicação no sítio do sindicato na internet para divulgar os debates preparatórios visando às alterações estatutárias no Capítulo IV.

HFA

Acordo será cumprido na íntegra

Em uma reunião convocada de última hora pelo governo, no dia 05.03, o coordenador-geral de Negociação e Relações Sindicais do Ministério do Planejamento, Idel Profeta, assegurou aos representantes dos servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA), que o governo irá cumprir na íntegra o Termo de Compromisso assinado em 28.11 com o setor. O acordo foi resultado de



uma forte mobilização dos servidores do HFA, impulsuada pelo Sindsep-DF. Confira a íntegra do Ter-

mo de Compromisso e as tabelas salariais no sítio do sindicato (www.sindsep-df.com.br).

MDS

Servidores farão ato na quarta-feira

Em assembleia dia 06.03, os servidores do Ministério do Desenvolvimento Social resolveram organizar uma mobilização na quarta-feira, dia 12, a partir das 10h, em frente ao bloco C, na Esplanada dos Ministérios. O ato será para reivindicar melhores condições de trabalho, reajuste salarial, melhoria do plano de saúde e, ao mesmo tempo, marcando dessa forma o aniversário de quatro anos do órgão.

Ato em Brasília contra o trabalho escravo

Na próxima quarta-feira, dia 12.03, acontece em Brasília, na Câmara dos Deputados, uma grande mobilização pela aprovação da PEC 232/95, apensada à PEC 438/2001, que tem como objetivo inibir a prática do trabalho escravo.

O ato nacional contra o trabalho escravo tem total apoio do Sindsep-DF que cedeu o Espaço de Servidor, na Esplanada dos Ministérios, para as delegações de sindicatos dos trabalhadores rurais que estarão presentes.

Fazendário arrecada porque sabe cobrar: Plano de Cargos já!

A notícia da necessidade de "repactuação" dos acordos desagradou bastante os servidores do Ministério da Fazenda, que desde o ano passado, aguardam o cumprimento do acordo (confira a íntegra no www.sindsep-df.com.br) que teria vigor financeiro a partir de março de 2008, parcelado até 2010. O acordo garante a equiparação salarial com os servidores previdenciários, devido à criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em março de 2007 e à junção da Receita Previdenciária. A tardia equiparação salarial foi aceita pelo setor em plenária da Condsef, realizada em outubro de 2007.

Desde então, o plano passou a ser, embora longe do ideal, o principal instrumento pelo qual os fazendários acreditam po-

der avançar rumo às próximas conquistas, tais como a diminuição da defasagem remuneratória entre as várias categorias da Fazenda.

■ Paralisação nacional - os servidores da PGFN iniciaram um processo de mobilização desde a semana passada, realizando uma paralisação nacional no dia 29.02. O motivo foi o cansaço de esperar sem ter certeza de alcançar a concretização do acordo fazendário. A cobrança da retomada das negociações foi levada ao procurador-geral da Fazenda Nacional e ao subsecretário da SPOA/MF. Mesmo com a promessa de empenho político por parte do MF, a categoria deflagrou um movimento de pressão que não tem mais volta. "Chega de arrecadar. Se o que mais fazemos é cobrar, vamos cobrar! Plano Fazendário já!". Está prevista para o dia

12.03 uma nova paralisação nacional do setor.

■ Plano Fazendário - O Sindsep-DF começou a organizar reuniões no ministério para mobilizar pela imediata implantação do Plano Fazendário e também informar e discutir a conjuntura aberta com as inúmeras reuniões de negociação chamadas pelo governo com os diversos setores. Na visão da diretoria do Sindsep, é necessário reunir os servidores, afinal a causa é de todos e a viabilização de todos os acordos só foi possível graças aos recordes contínuos de arrecadação e ao esforço de todos os fazendários.

No dia 07.03, o sindicato esteve reunido com os servidores da Escola Fazendária (ESAF) que tomaram conhecimento dos fatos e prometeram se juntar à mobilização.

Assembléia Geral dos Fazendários

Terça-feira – 12.03 – 10h – Ed. Sede do MF

(Na ESAF haverá transporte a partir das 9 horas. Caso seja necessário, os servidores dos edifícios Alvorada, Órgãos Regionais e Centrais também podem solicitar transporte no sindicato)

Nova Ação Judicial

Correção Salarial de 2003 para servidores filiados ao Sindsep-DF até o dia 10 de abril

As Leis 10.697 e 10.698/2003 ocasionaram reajustes diferenciados aos servidores públicos federais a partir de 01.05.2003. A primeira concedeu 1% sobre as remunerações e subsídios do executivo, legislativo e judiciário e a segunda acrescentou o valor de R\$59,87 como Vantagem Pecuniária Individual.

Acontece que a combinação dessas duas leis acabou por estabelecer diferentes percentuais aos servidores, contrariando o dispositivo constitucional que determina ajustes salariais anuais pelo mesmo índice para todos.

Assim, todos os servidores cujo Venci-

mento Básico é superior a um salário mínimo têm direito de receber um reajuste complementar, em percentual que varia de acordo com o VB.

Serão beneficiados pela ação os servidores ativos ou aposentados, filiados ao Sindsep-DF até o dia 10 de abril. A ação também abrange os servidores que tomaram posse depois de maio de 2003, tendo em vista que os tribunais têm interpretado que o salário é vinculado ao cargo. Para filiar-se, acesse www.sindsep-df.com.br ou procure um diretor do Sindsep-DF.

Retomada da mobilização

Mais uma semana passou sem que o acordo do Banco Central fosse implementado. Com a desculpa de que é necessário aprovar o orçamento, o governo ainda não apresentou nenhuma proposta de "repactuação". Enquanto isso, aumenta inquietação dos servidores em relação à diferença salarial com as carreiras congêneres. Mais uma vez, os servidores estão chamados a construir um grande entendimento, articulado com o conjunto da categoria, para preservar e arrancar conquistas.

Assembléia dos servidores do Bacen
Segunda-feira – 10.03 – 14h30 – 2º Subsolo

AGENDA DE ASSEMBLÉIAS

■ MCULTURA (MinC, Iphan, Funarte, Biblioteca Demonstrativa de Brasília e Fundação Palmares)
Segunda-feira – 10.03 – 11h

Teatro Funarte Plínio Marcos

Pauta: avaliação da proposta de tabela salarial do governo
(O Sindsep irá disponibilizar ônibus para levar os servidores à Funarte, a partir das 10h, saindo do MinC, Iphan/Palmares e Biblioteca Demonstrativa)

■ HFA

Quarta-feira – 12.03 – 19h – SRI II

■ FUNAI

Quinta-feira – 13.03 – 10h – auditório da Funai

Assembléia dos Redistribuídos da Imprensa Nacional

Terça-feira – 18 de março – 12h30
Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios)

Pauta:

- Ação na Justiça para o pagamento da GPDIN aos servidores redistribuídos conforme valores percebido pelos que permanecem na IN;
- Aprovação do memorial a ser encaminhado ao Diretor-Geral e Casa Civil reivindicando o retorno à IN de todos os interessados;
- Assuntos Gerais

Assembléia dos Aposentados e Pensionistas

Dia 02.04 – Quarta-feira – 14h30 - Auditório Francisco Zóccoli - Sindsep-DF
(SBS - Qd. 01 - Bl. K - Ed. Seguradoras 17º andar)